

Carta de Santa Maria
Fórum da(o)s Professora(e)s do Ensino em Extensão Rural
II Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural

O Fórum de Professora(e)s do Ensino da Extensão Rural foi criado como resultante do primeiro Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural, em 2008, em Itamaracá, Pernambuco. Neste evento a “Carta de Itamaracá” denuncia a crise resultante do modelo de desenvolvimento hegemônico e reafirma compromissos na direção de outra sociedade onde processos educativos levem em consideração os paradigmas emergentes estabelecendo outra relação do ser humano com a natureza e a produção de conhecimento a partir destas referências. Principalmente, traça diretrizes para o ensino da extensão, que embora ainda não devidamente avaliadas, contribuíram para reforçar o lançamento de políticas públicas para atividades de extensão, a exemplo dos editais, com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em continuidade a esta discussão cerca de 200 professora(e)s presentes no II Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural, reunidos em Santa Maria (RS), Brasil, no período de 01 a 03 de dezembro de 2010, tendo como tema central o (re)pensar do ensino em extensão rural, dentro de processos formativos, vêm afirmar, que:

O desenvolvimento brasileiro, base central de nossas preocupações, alcançou níveis de complexidade e abrangência que exigem políticas públicas acessíveis para a maioria da população. Suas dimensões urbanas/rurais são faces de uma conjuntura que exige soluções complementares e articuladas, dentro do paradigma da sustentabilidade, que respeitem as dimensões de geração, gênero, povos e comunidades tradicionais oferecendo efetivas oportunidades à população, onde o re-ordenamento fundiário deve se constituir em importante instrumento de direito e inclusão social.

Reconhecem a importância da agricultura familiar brasileira, em sua diversidade e amplitude, como sendo responsável de forma majoritária pela segurança e soberania alimentar dos brasileiros. Deve ser destacada a importância da assistência técnica e extensão rural como política pública neste processo.

A realidade atual impõe repensar os projetos formativos dos diversos profissionais, de forma inter e transdisciplinar. Isto implica uma efetiva ação política em diferentes níveis, referente ao reconhecimento do papel da disciplina, no seu caráter de síntese, transversalidade e na articulação com a sociedade. Para isto, se faz necessária a disponibilização de infra-estrutura adequada para o exercício das atividades de extensão. A ação política ocorre nas dimensões internas e externas. Atuando nas reformas das matrizes curriculares e nos Projetos Políticos Pedagógicos, participação em Colegiado de Coordenação Didática de Cursos, na articulação com as pró-reitorias de extensão, com outras disciplinas, grupos de aprendizados. Dialogando com as instâncias governamentais para: ampliação de editais para projetos de extensão, participação nas políticas públicas, interiorização do ensino superior, sugerindo criar uma área de extensão rural no CNPq e um Comitê de Ensino em Extensão Rural no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

Reconhecem a relevância política da atuação do Fórum de Professora(e)s do Ensino de Extensão Rural. Constituindo-se como instância articuladora da inserção das atividades de ensino de extensão nos processos de formação profissional das diversas áreas e nas relações com as políticas públicas. Destacam enfim, a importância da luta para que as instituições de ensino assumam um envolvimento crescente na promoção do desenvolvimento sustentável e equânime.

Santa Maria, RS, 03 de dezembro de 2010.